



EUROPA POR TI.

Por uma Europa ecológica,
justa, solidária, feminista,
aberta ao mundo e de Paz.

O aumento das desigualdades e das forças políticas autoritárias que semeiam o ódio comporta riscos enormes. Conhecemos esses riscos e sabemos que é urgente agir. A destruição causada pelas guerras só sublinha o óbvio: a Europa tem de ser um lugar de paz. Precisa de uma nova exigência ambiental e social, uma nova capacidade de cooperação dentro do seu espaço e com o resto do mundo. Um projeto capaz de imaginar melhores futuros e que responda à emergência climática. Esse é o projeto da esquerda europeia de que o Bloco de Esquerda faz parte e que quer que vença no nosso continente.

1. CLIMA: AGIR JÁ

Não temos tempo a perder: todos os estudos indicam a aceleração do aquecimento global. Os desafios da transição energética e da descarbonização implicam uma política de desenvolvimento e investimento público na produção e distribuição de energia renovável, estabelecimento de preços justos e políticas de eficiência energética. O grande projeto europeu dos nossos dias deve residir num novo modelo económico, que aposte nas energias renováveis, mas também na mobilidade, na reabilitação urbana, na agricultura e pecuária sustentáveis e na reconversão industrial e dos modos de consumo.



As instituições europeias continuam a financiar projetos de investimento em energias fósseis, enquanto o nuclear e o gás passam a ser considerados fontes “limpas” de energia. É na energia que se encontram os maiores fatores de dependência externa, como foi possível verificar de forma evidente no contexto da crise que precedeu a invasão da Ucrânia e a partir desta. Portugal é um dos países com maior produção de energia renovável e deve assumir protagonismo na exigência de uma mudança consequente a nível europeu.

A transição terá custos e deve ser paga por quem lucra com o modelo que provoca a insegurança a nível planetário. Não será o mercado a fazer a transição, nem ela se fará por uma fiscalidade punitiva dos mais pobres. Não há exigência ambiental quando se avança nos acordos de comércio livre que não só impedem o comércio justo e transferem para outros continentes os custos ambientais do consumo na Europa. Não há impostos verdes, só há impostos justos e injustos. Não haverá transição eficaz sem planificação ecológica (ou seja, sem adaptar estratégias e regulamentações para a gestão sustentável dos recursos naturais e a regeneração dos ecossistemas) e sem apoio popular. Taxar lucros excessivos, combater os *offshores*, impor novas regras de produção e distribuição, parar o financiamento das atividades extrativistas e fazer forte investimento público na transição são as urgências destes dias. Só com combate às desigualdades, criando empregos para o clima e apoiando os setores e populações mais afetados se conseguirá a legitimidade democrática para a enorme mudança que estes tempos exigem. Temos uma certeza: a política europeia deve ser determinante para esta transição em todos os Estados-membros e a transição justa é decisiva para a vida democrática em toda a Europa. A transição justa é uma urgência ambiental, social e democrática.

1.1. DESCARBONIZAR

Reduzir as emissões com efeito estufa em 65% (face aos valores de 1990) até 2030 e estabelecer o objetivo de zero emissões até 2040, fim dos subsídios às indústrias fóssil e de elevado risco ambiental, aderir ao Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, reclassificar o gás e o nuclear como energias poluentes, incluir critério de planificação ecológica para a mitigação e adaptação às alterações climáticas na alocação dos fundos europeus.



1.2. CUMPRIR A TRANSIÇÃO JUSTA

Criar 10 milhões de empregos para o clima até 2030, apoiar trabalhadores de setores da economia em reconversão, produzir de energia limpa e descentralizada, garantir eficiência energética na habitação acessível a todas as pessoas, fazer a transição da mobilidade automóvel para transportes coletivos a energias renováveis à escala nacional e europeia, ligar a Europa por ferrovia e impor regras e limites aos voos de curta distância.

Adaptar o território para proteger as populações dos efeitos das alterações climáticas com base em critérios de equidade territorial e de justiça social, regeneração da natureza, incentivar florestas com espécies autóctones, resilientes aos incêndios florestais e biodiversas, remunerar o serviço ecológico da floresta e da agricultura sustentável, apoiar agricultores afetados pela seca, criar áreas marinhas protegidas com compensação às atividades afetadas.

Proteger bens comuns, referendar localmente todos os projetos de extração de minerais críticos, fazer uma moratória à mineração em mar profundo, proibir o transporte de animais vivos, promover circuitos curtos de distribuição e combater obsolescência planeada (ou seja, impedir produtos deliberadamente projetados para terem uma vida útil limitada, aumentando consumo e poluição).

Transformar os espaços urbanos: Cidades dos 15 minutos (com serviços de proximidade, reforço dos transportes públicos e da mobilidade suave, retirada dos carros dos centros da cidade e apoios para habitação pública a preços acessíveis), Cidades Esponja (com reutilização da água, maior permeabilização, jardins de chuva e da renaturalização dos cursos de água), Cidades preparadas para as ondas de calor (apoios para ensombramento, planos de emergência para pessoas vulneráveis, abrigos climáticos, bebedouros, florestas urbanas, mais árvores).

1.3. COMÉRCIO JUSTO E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA PARA TODOS OS POVOS

Incluir a resposta à crise climática e o respeito pelos direitos humanos como critérios da política europeia também nas relações comerciais internacionais. Ne-



gociar acordos de comércio internacionais sujeitos a regras ambientais, laborais e sociais.

Travar os acordos de comércio liberalizado, como os previstos com Mercosul, Chile e México, entre outros, que promovem a concorrência pelo custo de produção mais baixo, destroem direitos laborais e ambientais e impedem regras de bem-estar animal. Os acordos de comércio justo são a única forma de proteger produtores e planeta.

Descolonizar, ou seja, garantir que a transição justa é global. A União Europeia tem especiais responsabilidades e deve travar a deslocalização das emissões e dos danos ambientais para o Sul global. É necessário romper com todas as políticas neocoloniais e extrativistas nos países africanos e na América Latina.

2. PROSPERIDADE E NÃO AUSTERIDADE

O desalento com a democracia, que vai ganhando espaço nos vários países europeus, é fruto da desesperança. A hegemonia liberal que orientou a integração europeia está a destruir o que resta do contrato social do pós-guerra, o período de maior prosperidade de sempre na Europa. Nas últimas décadas, a inovação deixou de representar progresso social para largas camadas da população. A era do consenso liberal é também a do desenvolvimento medíocre, da redução da parte do trabalho no rendimento e do aumento das desigualdades. É urgente uma alternativa de esquerda, promotora de uma política socialista e ecologista.

Essa alternativa exige uma profunda alteração das regras de governação económica da União Europeia, para promover o investimento e reforçar os serviços públicos. Queremos que a capacidade dos serviços públicos seja um critério determinante na coesão europeia, o que significa um Estado Social forte, que seja



instrumento de redistribuição, de segurança e de combate às desigualdades. Estado Social universal, com uma renovada legitimidade democrática e que garanta as respostas na saúde, educação, habitação e cuidados. Estado social assente na confiança da soberania democrática da comunidade que a constitui.

A resposta da União Europeia à pandemia foi insuficiente, mas diferente da que tinha tido na sequência da crise financeira de 2007-09. A suspensão das regras orçamentais e das regras do mercado interno e a aprovação do Fundo de Recuperação e Resiliência, apesar de limitado e ligado ao Semestre Europeu, abriram uma janela no debate sobre alternativas para o futuro económico da União. No entanto, essa janela começou a ser fechada nos anos subsequentes, com a recusa de impedir os lucros predatórios dos setores oligopolistas que aproveitaram e agravaram a crise inflacionista, com a política de juros altos do BCE que fez disparar as prestações das casas em plena crise de poder de compra e, mais recentemente, com a aprovação de um novo quadro de governação económica que retoma a política de austeridade com instrumentos reforçados.

Todas estas escolhas resultaram de um perigoso acordo europeu, que vai do centro até um dos grupos da extrema-direita do Parlamento Europeu. Se não forem contrariadas, podem dar um novo fôlego a uma política falhada que, não tendo nunca sido realmente abandonada, pode ser reforçada pela via das novas regras adotadas. Com as atuais regras de governação económica a transição ambiental justa é impossível e a degradação dos serviços públicos é inevitável. As pessoas perdem duplamente, portanto. O próximo Parlamento Europeu deve corrigir estas opções de fundo e caberá à esquerda lutar pela alternativa económica e social que protege o futuro dos povos.

2.1. GOVERNAÇÃO ECONÓMICA AO SERVIÇO DOS POVOS

Revogar o Tratado Orçamental e as atuais regras de governação económica, introduzindo normas que promovam o investimento nos serviços públicos e na transição energética e que permitam aos Estados-membros seguir as suas estratégias económicas democraticamente sufragadas.



Alterar os estatutos e mandato do BCE, colocando-o na dependência das instituições democráticas da União, nomeadamente o Parlamento, e definindo o pleno emprego como objetivo estatutário primário da política monetária.

Criar regras de proteção do mercado interno que permitam, de forma definitiva e eficaz, apoiar indústrias estratégicas, proteger o acesso a bens essenciais e impedir a predação dos oligopólios a produtores e consumidores.

2.2. HABITAÇÃO E COMBATE À ESPECULAÇÃO

Criar novas regras europeias que considerem a habitação como direito fundamental e não como ativo financeiro, incluindo proibição de vistos *gold*, limitações no arrendamento de curta duração, obrigatoriedade de registo de imóveis vazios, imposição de regras de transparência nas transações imobiliárias e carteiras de fundos de investimento e consideração da proteção da morada de família nos critérios do BCE.

2.3. FIM DOS OFFSHORE E TAXAÇÃO DAS MULTINACIONAIS E DAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Reforçar a capacidade de investimento a nível europeu e nacional para fazer a transição justa. Esse reforço não pode ser alcançado através da penalização fiscal dos rendimentos do trabalho, mas por um caminho de justiça na economia pela tributação dos milionários. A União Europeia concentra 80% dos *offshores* e, desde a pandemia, a fortuna dos maiores milionários cresceu 76% enquanto 99% da população perdeu rendimento.

Acabar com os *offshores* em espaço europeu até 2025, criminalizar o recurso a *offshores* por cidadãos residentes e empresas que operem no espaço europeu, criar um mecanismo europeu de verificação de lucros “caídos do céu”. Avançar com o imposto sobre multinacionais, prometido e sempre adiado, e com o imposto sobre Transações Financeiras, bloqueado há mais de uma década.



2.4. INOVAÇÃO, DIREITOS E MUNDO DIGITAL

Aumentar o investimento europeu para recuperar o atraso na inovação digital e na democratização dos recursos da inteligência artificial. Garantir a taxação efetiva das grandes multinacionais do digital e direcionar esses recursos para reforço da segurança digital, uso responsável e democrático de informação para criação de bancos de dados públicos, criar a agência europeia de *software* livre, impedir a censura privada nas redes sociais e reduzir o impacto ambiental do mundo digital.

Reforçar os recursos e a cooperação europeia para combater as *fake news*, promover o jornalismo e salvaguardar direitos fundamentais sobre o conteúdo ilegal em plataformas privadas, em particular no combate à violência sexual contra crianças. Impor a transparência algorítmica e reforçar os direitos de trabalhadores de plataformas digitais.

Garantir direitos digitais a toda a população, designadamente acesso à internet e redes de comunicação, utilização, criação e publicação de meios digitais, direito à privacidade e liberdade de expressão.

Reforçar o financiamento para a cultura e para a ciência, garantindo a diversidade da produção de conhecimento, com autonomia face à agenda da indústria, e estabelecendo mecanismos de salvaguarda dos direitos dos trabalhadores da cultura e da ciência.



3. UMA EUROPA DE DIREITOS HUMANOS

Se a estratégia da austeridade, da compressão dos direitos sociais e da escalada armamentista continuar a ser imposta, a Europa será um cemitério de promessas e de esperanças. A política que persegue os direitos de quem trabalha e degrada as condições de habitação e o acesso aos bens públicos é a mesma que empurra migrantes para a morte no Mediterrâneo. Os governantes da UE têm vindo a minar a confiança e a credibilidade num projeto comum e aberto. O projeto democrático exige solidariedade e horizontes de progressão para todas as pessoas, desde logo para quem está mais vulnerável e para as gerações mais jovens. Estas eleições europeias demonstram por isso mesmo o perigo de crescimento das forças da destruição dos direitos e da democracia. O Bloco de Esquerda combate tenazmente essa deriva que é alimentada não só pela extrema direita mas também - e sobretudo - pela transformação das suas bandeiras em política oficial das principais chancelarias.

O mandato das instituições europeias que agora termina foi marcado pelo cinismo. Por um lado, e ao arrepio de todas as convenções internacionais subscritas pelos Estados membros, agravaram-se políticas de perseguição de migrantes e de externalização de fronteiras, com acordos bilaterais com países terceiros, como a Líbia, a Turquia e o Egípto, que apenas servem de escudo ao incumprimento do direito internacional, dos direitos humanos e de uma política europeia de asilo guiada pela solidariedade e pelo cumprimento do Direito Internacional. O Pacto das Migrações agrava a situação dramática de milhões de pessoas dentro e fora da UE é a negação objetiva dessa política.

Por outro lado, a proposta ambiciosa de um Pilar Europeu dos Direitos Sociais também não teve a consequência prometida. Essa proposta foi uma tentativa de resposta à percepção de que as políticas europeias não promoveram os direitos sociais e que, pelo contrário, os atacaram de forma constante, com particular intensidade no período das troikas. O Semestre Europeu tem sido um instrumento permanente de pressão para a desregulação do mercado de trabalho e para a redução de despesa com serviços públicos ou pensões. O Pilar Europeu dos Direitos Sociais resultou num conjunto de propostas que, na sua esmagadora maioria, não tiveram consequências reais na constituição ou reforço de direitos para as pessoas, ou sequer no estabelecimento de mínimos sociais ou laborais no es-



paço da União. Mesmo quando as propostas resultaram em diretivas, como no salário mínimo ou nos estágios, essas diretivas não obrigam plenamente os Estados membros à afirmação efetiva dos direitos sociais mais elementares. Outros relatórios que incidiram sobre temas como os cuidados, saúde mental, direitos das pessoas com deficiência e combate às políticas institucionalizadoras, direito a desligar, direitos LGBTQIA+, racismo ou discurso de ódio, tiveram recomendações muitas vezes positivas, mas sem força de lei. A diretiva sobre o trabalho de plataformas foi uma honrosa exceção, que deve inspirar uma linha consistente de propostas para combater a precariedade, falso trabalho independente e outras formas de exploração.

3.1. A CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS É PARA VALER

O empenho no cumprimento e na efetivação dos direitos previstos pela Carta dos Direitos Fundamentais é primordial. Mesmo tratando-se de um catálogo de direitos que vincula os Estados e as instituições europeias apenas quanto à aplicação de regras jurídicas da União, uns e outras não podem continuar a agir como se a Carta fosse um mero adereço. O seu texto é vinculativo e os direitos são para cumprir. O elenco de direitos deve inclusivamente ser atualizado para incluir ou reforçar direitos do trabalho, o direito à contratação coletiva e à greve e combate à precariedade direitos digitais e no mundo digital, direitos de acesso a serviços públicos essenciais de forma universal e gratuita, os direitos das mulheres e o combate à violência contra as mulheres, o direito ao aborto e direitos sexuais e reprodutivos, a criminalização da esterilização forçada de pessoas com deficiência, os direitos das pessoas LGBTQIA+, o combate ao racismo e a todas as formas de opressão e discriminação, entre outros.

Com base nesta nova geração de direitos, o Parlamento deve aprovar legislação que crie regimes de mínimos comuns a toda a União que impeçam a corrida para o fundo nos direitos sociais e laborais a que temos assistido e contrariar a ofensiva conservadora que está a ser liderada pela direita e extrema-direita.



3.2. EUROPA PORTO SEGURO

Mudar por completo a política de migrações, por razões humanitárias, democráticas e mesmo económicas, pondo cobro à abordagem xenófoba que desrespeita o direito internacional, financia senhores da guerra e alimenta as redes de tráfico humano e o ressurgimento de formas de trabalho forçado.

Terminar com os acordos de externalização de fronteiras e da criminalização do resgate e salvamento de migrantes, criar canais de entrada seguros, novos programas de acolhimento em toda a União Europeia e mecanismos de solidariedade com os países de chegada na garantia do direito de asilo, integração e a consagração de direitos a quem entra na Europa.

4. CONSTRUIR A PAZ

A União Europeia deve assumir a responsabilidade internacional de impulsionar e desenvolver o diálogo multilateral para a Paz, solidariedade e para o respeito pela autodeterminação dos povos. O apoio à Palestina, a suspensão do acordo de associação com Israel e o embargo de armas são passos urgentes e determinantes. A ofensiva dirigida pelo governo de extrema-direita de Netanyahu contra o povo de Gaza é o ato de guerra e de barbárie mais grave do século XXI. Sem um posicionamento claro contra este genocídio, a União Europeia perde qualquer credibilidade externa na defesa de direitos humanos e coloca-se ao lado dos agressores, a quem vários governos europeus continuam a vender armas e a garantir um apoio empenhado. A UE está a ser destruída pelo belicismo e, se os valores defendidos por Scholz e Macron são o fornecimento de armas a Netanyahu ou a complacência com o genocídio em Gaza, então esses governantes tornam ainda mais claro que desistiram dos direitos humanos como critério primeiro da política externa da União e dos seus Estados-membros. Essa desistência degrada a capacidade da União de agir como mediador e construtor de paz em todos os conflitos, a começar pelo da Ucrânia.

A promessa de Paz e segurança continua a ser a primeira aspiração dos povos da Europa. Responder-lhe exige uma nova cooperação internacional, outra política



de vizinhança e um roteiro para o fim da guerra no território europeu. A guerra na Ucrânia é um desastre para o seu povo e território. A agressão russa, sob a estratégia imperialista de Putin, é um ataque inaceitável à soberania de um Estado europeu e põe em causa o fundamento do Direito Internacional enunciado na Carta da ONU: o direito das nações a disporem do seu próprio território. A solidariedade com a Ucrânia perante o agressor é a única posição para quem defende a autodeterminação dos povos.

Neste contexto, a autonomia estratégica europeia é mais necessária do que nunca para garantir segurança e paz. A subordinação aos interesses da política militarista dos EUA, que poderão, a qualquer momento, abandonar a Ucrânia, tem impedido a UE de propor, em articulação com a ONU, uma Conferência de Paz para parar a guerra que devasta a Ucrânia. Depois de ter decretado a “morte cerebral” da NATO, Macron veio propor a entrada de tropas dessa aliança na guerra da Ucrânia, sugerindo uma confrontação entre as maiores potências nucleares do mundo. A cooperação de segurança entre Estados europeus traria derivas irresponsáveis, resolveria a contenção de ameaças externas efetivas e levaria a Europa a ter um papel ativo na arrefecimento da tensão internacional e no respeito dos princípios dos direitos humanos. Esta cooperação, dirigida por estados soberanos e que não abdicam da sua própria política de defesa, deveria permitir um consenso pela paz e a prontidão para respostas de legítima defesa. Foi afinal com esta fórmula que os Aliados derrotaram o fascismo.

4.1. A PALESTINA SERÁ LIVRE

Travar Israel e os crimes de guerra contra a população palestina. Terminar de imediato o contrato de associação da União Europeia com Israel, impor sanções económicas, decretar o embargo de venda de armas e acompanhar a África do Sul na acusação de genocídio junto do Tribunal Internacional de Justiça. Apoiar o povo palestino exige também o reconhecimento do Estado da Palestina, o reforço do apoio humanitário e uma nova geração de políticas de apoio ao desenvolvimento.



4.2. PAZ NA UCRÂNIA É PAZ NA EUROPA

Apostar de forma determinada na diplomacia internacional. A Paz é urgente e a União Europeia e os Estados membros devem trabalhar de forma concertada para a realização de uma Conferência de Paz sob a égide das Nações Unidas.

Garantir solidariedade efetiva no respeito pela autodeterminação do povo ucraniano. O perdão da dívida é um mecanismo fundamental para garantir autonomia e capacidade de reconstrução à Ucrânia.

4.3. COOPERAÇÃO PARA A SEGURANÇA

Garantir a autonomia estratégica da Europa e criar novas condições de cooperação para a segurança entre os Estados. Em plena Guerra Fria, os Estados da NATO e do Pacto de Varsóvia, entre outros mais, assinaram acordos de limitação dos arsenais nucleares, objetivo que deve ser retomado pela cidadania em nome do Planeta vivo e de recursos para a transição energética. Também foi possível, em 1975, erguer a Organização para a Cooperação e Segurança da Europa (OSCE), na sequência da Ata Final da Conferência de Helsínquia. Essa organização tem pouco papel, funcionando como uma espécie de "parlamento da prevenção de ameaças". A Rússia acaba de ser expulsa desta organização. Exigia-se que os EUA também fossem afastados em nome da autonomia europeia. Precisariamos de uma organização deste tipo para coordenar a política de segurança, de adesão voluntária.

Prosseguir, no quadro mundial, uma política de neutralidade ativa como via para baixar as tensões geopolíticas e o belicismo, contribuir para a desnuclearização e forçar a rota do desarmamento global e controlado. O cumprimento do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa e do Tratado sobre Proibição Completa de Ensaios Nucleares tem de constituir, cada vez mais, uma prioridade de uma política de paz e segurança na Europa que a esquerda europeia tem de fazer sua.



5. LUTAMOS POR UMA EUROPA ABERTA E SOLIDÁRIA

Promover uma transição climática e energética, defender princípios de responsabilidade democrática na gestão económica e financeira, restituir ao povo a soberania que lhe tem sido roubada pelos poderes financeiros, essa é a proposta da esquerda que quer construir uma casa comum europeia.

Este é, portanto, o tempo de um projeto europeu que responda aos povos. Um projeto de cooperação, que não esteja refém dos grandes interesses económicos, que coloque no centro a democracia e a soberania popular.

Essa será uma Europa de cooperação na educação, na investigação científica, na saúde, nos sistemas de transportes, nas novas energias, em novas indústrias e serviços para o pleno emprego, capaz de receber imigrantes e de recusar o racismo, capaz de se reconstruir com a resposta à crise climática como base da segurança das populações. Uma Europa aberta ao mundo, orgulhosa da sua diversidade e dos movimentos de emancipação que fazem avançar os direitos humanos.

Este é o projeto europeu da liberdade contra a tirania dos mercados. É a Europa que inclui e não exclui, em que cada pessoa pode ser quem é, em que as comunidades que somos podem respeitar-se, integrar-se, cooperar e desenvolver-se. É a Europa da cultura contra a censura, da criação livre contra a opressão e da democracia contra o preconceito.

Sem resignação nem desalento, este é o tempo de recusar o caminho que deteriorou as condições de vida na Europa. É tempo de novas regras e novos tratados, que afastem a austeridade e recuperem a capacidade dos Estados para investir no seu futuro. Uma política europeia corajosa, que combata desigualdades e traga a promessa concreta de melhor emprego, melhor salário, direito à habitação, à saúde e à educação.

No tempo de todos os perigos, não há tempo a perder. Urge uma Europa da Paz, solidária e defensora dos direitos humanos. Uma Europa radicalmente democrática, que dê poder à esperança.

